

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2025

Ref: 034/25-S

Att Sra

Magna Terezinha de Melo Cabral

Gerência de Administração Tributária

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Nesta

Ofício de Referência: **149/2025 - GNTR**

Assunto: Resposta à Comunicação Externa

Prezada Senhora,

A Comunicação Externa nº 149/2025 – GNTR, expedida pela COPASA no dia 13 de novembro de 2025, informa ao SICEPOT-MG de que, a partir de 01 de janeiro de 2026, será realizada retenção na fonte de 11% a título de contribuição previdenciária sobre o valor bruto das notas fiscais de todos os contratos de obras de construção civil, até mesmo aqueles realizados sob modalidade de empreitada global. Informou ainda que a escolha se pautou nos art. 145, III c/c art. 138, caput e inciso I, da Instrução Normativa nº 2.110/2022, bem como no art. 30, inciso VI, da Lei nº 8.212/1999, e no art. 315 do Regulamento de Contratações da COPASA.

Com a devida vênia do informativo circulado, existem razões jurídicas e econômicas constantes do referido documento que não correspondem à realidade, mormente diante de recentíssima alteração no regulamento adiante mencionada, a merecer a devida revisão.

Inicialmente, cumpre registrar sob o prisma econômico que, ao contrário do que consignado no sentido de que “*não há impactos financeiros*”, além de não ser crível que a análise do impacto seja feita por quem pretende promover a retenção, e não por quem irá sofrê-la, o certo é que eventual confirmação da retenção de 11% na fonte



mesmo nos casos de empreitada global irá impactar drasticamente no fluxo de caixa das construtoras, e pode promover prejuízos inclusive à regular continuidade dos contratos, mormente considerando que a prática administrativa reiterada da COPASA até então era diferente. Sequer os exemplos trazidos, com valores de mão-de-obra fictícios, podem ser adotados como universais ou verdadeiros, razão pela qual a tabela hipotética, onerada ou não, deve ser analisada com extrema cautela e até mesmo reserva.

Ainda no âmbito da prática da COPASA, ao contrário do que mencionado no referido ofício, o Regulamento das Contratações (bastante antigo, de 2018) é absolutamente silente a respeito da possibilidade de realizar retenção na fonte de contratos de empreitada global, sendo certo ainda que no artigo 315, citado na Comunicação Externa, nada é dito a este respeito de modo específico, havendo apenas uma previsão genérica na parte final do inciso I – seguramente inaplicável à hipótese de empreitada global – no sentido de que seriam dispensados determinados documentos “quando a COPASA MG retiver o tributo na fonte”, mas o dispositivo nada diz quanto às hipóteses em que poderá promover tal retenção, assim como nada diz o dispositivo subsequente, igualmente genérico.

E a norma cogente aplicável aos contratos de empreitada global é específica, e o regulamento da COPASA nem poderia dispor de modo diverso, principalmente após 30 de outubro de 2025. É o que se conclui da expressa vedação instituída recentemente pela Receita Federal em alteração da IN RFB nº 2.110/2022, notadamente na redação do art. 114, II, que assim dispõe:

IN RFB nº 2.110/2022

Art. 114. Não se aplica a retenção de que trata o art. 110: [Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 2289, de 30 de outubro de 2025]

II - à empreitada total, conforme definição estabelecida no art. 7º, caput, inciso III, e § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 16 de abril de 2021; [Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 2289, de 30 de outubro de 2025]

O dispositivo é claro. Poderia a autoridade regulamentadora ter previsto que “a retenção não é obrigatória”, por via de consequência tornando-a facultativa,

como facultativa era em outras hipóteses. Mas preferiu a autoridade veicular a norma regulamentadora com outra linguagem, explícita, no sentido de que “a retenção [simplesmente] não se aplica”.

Nesse sentido, à vista do disposto no art. 2º, §1º, do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB),¹ a nova alteração trazida pela IN RFB nº 2.289/2025 produziu normativamente dois efeitos práticos. Primeiro, revogou materialmente o art. 145, III, da IN RFB 2.110/2022, mediante a implementação de uma norma incompatível com a anterior possibilidade retenção da contribuição previdenciária sobre os serviços de construção civil na modalidade de empreitada total. Ou seja, por meio de uma nova norma mais específica (que regula apenas a possibilidade de retenção) a Receita Federal consolidou hipóteses vedadas que restringem a possibilidade de retenção, sendo uma delas a empreitada total. E, em segundo lugar, simultaneamente instituiu uma regra específica face à regra genérica do artigo 110 da IN 2.110/2022. Enquanto o *caput* do artigo 110 diz respeito ao gênero “empreitada”, o novo artigo 114, II, diz respeito à espécie “empreitada global”. Como no direito brasileiro não há contrariedade entre regra geral e regra especial, simplesmente opera-se o efeito previsto no artigo 2º, §2º, também da LINDB, segundo o qual “*A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior*”: trata-se tão somente de uma regulação mais específica, que deve prevalecer sobre a mais genérica.

Cumprе ressaltar ainda que a nova previsão da Instrução Normativa nº 2.110/2022 em nada modifica ou inova a norma contida no art. 30, inciso VI, da Lei nº 8.212/1999 (como nem poderia, por se tratar de ato infralegal), limitando-se apenas a especificá-la no âmbito regulamentar. Assim, não se rechaçou a possibilidade de elisão da responsabilidade solidária, tampouco se vedou a retenção para todos os casos – que, inclusive, não é o único meio possível para promover tal elisão. Dessa forma, a COPASA dispõe de outros meios de se ver assegurada de sua responsabilidade, a exemplo daqueles previstos nos incisos I e II do mesmo artigo 145 da Resolução 2.110/2022.²

¹ Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. § 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

² Art. 145. Na contratação de obra de construção civil mediante empreitada total, observado o disposto no art. 140, a responsabilidade solidária do proprietário do imóvel, do dono da obra, do incorporador ou do condômino

Ainda que assim não se entenda, o certo é que JAMAIS uma mudança de entendimento a respeito da interpretação das disposições legais e regulamentadoras poderia atingir a execução de contratos administrativos em curso, durante os quais a COPASA adotou regularmente procedimento totalmente diferente daquele que anuncia que passaria a adotar a partir do ano vindouro. É que, além da completa violação à lei e ao regulamento nos termos acima demonstrados, se trataria de superlativa violação à segurança jurídica, de modo abrupto e descabido, em prejuízo à continuidade da execução de contratos administrativos de elevado interesse público.

Por todo o exposto, o SICEPOT-MG, sempre muito respeitosamente, diverge do conteúdo da comunicação externa recebida, e **pugna para que tal entendimento seja RECONSIDERADO**, sobretudo diante de sua ilegalidade, considerando a superveniência das alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 2.289, de 30 de outubro de 2025, na redação do artigo 114, II, da Instrução Normativa nº 2.110/2022.

O SICEPOT-MG se reserva, por fim, no direito de defender suas associadas em juízo ou fora dele, caso a pleiteada reconsideração não seja atendida.

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2025.



Bruno Baeta Ligório
Presidente

da unidade imobiliária, com a empresa construtora, será elidida, conforme o caso: (Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 220, § 3º)

I - por meio de apresentação, na forma do art. 25, das informações relativas às contribuições sociais previdenciárias incidentes sobre a remuneração contida na folha de pagamento dos segurados utilizados na prestação de serviços, corroborado por escrituração contábil, se o valor declarado for inferior ao indiretamente aferido com base nas notas fiscais ou faturas, na forma estabelecida nos arts. 21 a 23 da Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 2021;

II - por meio de apresentação, na forma do art. 25, das informações relativas às contribuições sociais previdenciárias incidentes sobre a remuneração da mão de obra contida em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados, aferidas indiretamente na forma estabelecida nos arts. 21 a 23 da Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 2021, caso a contratada não apresente a escrituração contábil formalizada na época da regularização da obra; ou